

A INCLUSÃO COMO DIREITO ESSENCIAL NAS POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NUMA ESCOLA INCLUSIVA

Marlene de Oliveira Vicentini
Luzia Christina Vieira Souza
Paulo Cesar da Vitória
Célio Tadeu dos Santos

RESUMO

Este trabalho apresenta os primeiros passos da inserção dos graduandos do curso de pedagogia do Centro de Ensino Superior FABRA na pesquisa que visa atender à demanda de um projeto aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. A falta de formação específica que atenda aos objetivos propostos pela política de inclusão, torna-se um desafio para o ensino aprendizagem dos estudantes com deficiência. Ao analisarmos o ensino aprendizagem sob a ótica da inclusão, nossa preocupação se volta para o sujeito com deficiência, entendemos também que ao nos referirmos à educação inclusiva não o fazemos apenas na intenção desses sujeitos. Nesse sentido, o debate atual se dá, não mais pelo acesso, já que a matrícula lhes é garantida. Contudo, o acesso não garante a permanência desses sujeitos no processo educativo. Nessa linha de raciocínio surgem as seguintes indagações: O que entendemos por educação inclusiva? Como qualificar o trabalho pedagógico de forma a garantir a tais sujeitos o que lhes é garantido na legislação em vigor? Metodologicamente, para a pesquisa que resulta neste ensaio, optamos pela cartografia, com base no proposto por Carvalho (2007) e Machado (2011). Nossos estudos preliminares mostram que os discentes com deficiências, possuem potencial para aprender o que lhes é ensinado, para tanto se faz necessário que os envolvidos na articulação da organização e estrutura do funcionamento do ensino lhes garantam a efetividade dos direitos à aprendizagem com todos os meios e recursos capazes de reduzir as barreiras que insistem em dificultar o ensino aprendizagem.

Palavras chave: Educação Inclusiva, Formação de Professores, Direito à Educação.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os primeiros passos da inserção na pesquisa que visa atender à demanda de um projeto aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID¹, a ser desenvolvido no Centro de Ensino Superior FABRA.

O projeto em questão foi proposto na intenção de promover a conexão entre o curso de Pedagogia do FABRA e uma Escola Estadual de Ensino Fundamental no Município de Serra, ES, sob o título “*Iniciação à Docência no Contexto da Pedagogia e da Educação Especial: estudos e casos*”, por entender o quanto a imersão no cotidiano escolar possibilita aos licenciandos compreender o contexto socioeducacional que move a política de educação inclusiva, levando os discentes a perceber as dificuldades existentes no cotidiano da Educação Básica e criar possibilidades de ações que possam intervir nesse cenário de forma qualificada.

Ao analisarmos o ensino aprendizagem sob a ótica da inclusão, nossa preocupação se volta para o sujeito com deficiência², entendemos também que ao nos referirmos à educação inclusiva não o fazemos apenas na intenção desses sujeitos.

A escola inclusiva pode ser entendida como aquela em que todos os sujeitos nela presentes realmente aprendam e se tornem críticos, reflexivos numa mesma perspectiva de uma educação cidadã. Com relação à educação Inclusiva, quando se enfatiza a educação dos sujeitos com deficiência, a não observância dessa prerrogativa faz com a escola pratique a integração³ e não a

¹ O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, executado no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira. (DECRETO N° 7.219, 2010).

² ⁵ Nesse trabalho usaremos o termo **Pessoa com Deficiência em consonância com a** Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), ratificada pela emenda constitucional em 2008.

³ ⁶ O termo "integração" deriva do latim *integrare*, do adjetivo *integer*. A prática da integração foi definida na década de 60 e 70, baseada no "modelo médico", com a proposta de modificar (habilitar, reabilitar, educar) a pessoa com deficiência, para torná-la apta a satisfazer os padrões aceitos no meio

inclusão desses sujeitos, negando-lhe, desta forma o direito ao aprendizado estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação no que diz respeito à *igualdade de condições para o acesso e permanência na escola* (Lei 9394/1996, art. 3º).

Entendemos que a exclusão da pessoa com deficiência não nasce dentro dos muros da escola, é reflexo de uma sociedade altamente excludente na qual estamos inseridos. Esse processo de exclusão interfere no atendimento de qualidade na rede oficial de ensino, assim, surgem aqui algumas reflexões: que entendemos de fato por educação inclusiva? Como qualificar o trabalho pedagógico de forma a assegurar que os direitos dos sujeitos da educação inclusiva lhes sejam garantido?

ESCOLARIZAÇÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA: O que dizem nossos interlocutores?

A Constituição de 1988, em consonância com outros documentos internacionais aprovados a partir da década de 1990, representou um importante avanço no campo da educação ao reconhecer e buscar garantias para que a educação se tornasse um direito de todos. Entretanto, o reconhecimento do direito, até o momento, não garantiu sua efetivação.

No campo político da formação de professores, com relação às práticas pedagógicas, ainda existe um longo caminho a percorrer, principalmente no debate relacionado à educação inclusiva. Entendemos aqui o princípio fundamental de educação inclusiva a partir do estabelecido pela Declaração de Salamanca, no que diz:

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às

socialmente familiar (escolar, profissional, recreativo, ambiental). MONTEIRO Francisca de J, et alii, **Reflexões sobre a avaliação na Escola Inclusiva**. Disponível em http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.11/GT_11172010.pdf, acessado em: 02 de Julho 2014.

necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, usos de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994: p. 5).

No contexto apresentado pelo documento em questão, a escola ainda não se encontra em um nível considerado de excelência para receber os discentes de acordo com sua realidade e suas necessidades. Podemos afirmar que apesar da constituição estar promulgada há 28 anos, pouco se avançou em políticas de acesso e permanência dos atores em questão.

Entendemos que a formação do licenciando deve ser voltada ao estudo das desigualdades e dos direitos sociais, sob a perspectiva de que a escola é uma das instituições que possibilita a real inclusão de todos como direito subjetivo e público. Entretanto, a ausência de um olhar específico para a educação tem gerado as mais diversas formas de exclusão, onde o contexto da política macro fragmentada resulta no processo de integração que tem se configurado como se fosse sinônimo de inclusão.

Numa escola inclusiva só pode existir uma educação inclusiva, uma educação em que a heterogeneidade do grupo não é mais um problema, mas um grande desafio à criatividade e ao profissionalismo dos profissionais da educação, gerando e gerindo mudanças de mentalidades, de políticas e de práticas educativas (SANCHES; TEODORO, 2007, p.110).

Nesse sentido, refletir sobre os desafios criados pela inclusão de estudantes com deficiências, no ambiente escolar, e a ausência de formação específica de professores com relação às políticas públicas de acesso e permanência desses sujeitos à escolarização, suscita uma prática com bases na gestão democrática.

A função social da educação assume a igualdade como pressuposto fundamental do direito à educação, sobretudo nas sociedades politicamente democráticas e socialmente desejosas de maior igualdade entre as classes sociais e entre os indivíduos que as compõem e as expressam (CURY, 2002, p.245).

O autor nos leva a importante reflexão sobre a função social da educação como forma de inclusão. Nesse caso vertente é preciso pensar a igualdade como direito ao acesso e permanência, colocando-se a disposição dos atores

do processo educativo os equipamentos capazes de reduzir processos de inclusão.

[...] a superação da exclusão não vem pela via da inclusão no modelo capitalista, mas pela via das transformações sociais mais profundas; não vem igualmente das condições apenas biológicas, mas dos efeitos sociais dessas condições (PADILHA, 2008, p. 186)

Muitos teóricos têm se mostrado preocupados com a formação de professores para atuarem na educação especial e no ensino regular. Fazendo-se presente a dúvida de que se quem forma está ou não preparado para formar sujeitos capazes de aplicar práticas pedagógicas que priorizem o desenvolvimento das habilidades do educando com deficiência.

De acordo com (CARDOSO, 2004), uma das reações mais comuns do professor de um aluno com necessidades especiais é afirmar que não está preparado para enfrentar as diferenças. Isso prova que ainda existe uma insegurança por parte de muitos profissionais da educação diante de situações de aprendizagem relacionadas a sujeitos com deficiência.

Objetivo Geral

Refletir acerca dos desafios criados pela inclusão de estudantes com deficiências no ambiente escolar.

Objetivos Específicos

Dialogar com as teorias sobre a temática da educação inclusiva.

Metodologia

Impulsiona-nos o uso da cartografia o fato de sua não rigidez frente às regras, o que nos possibilita estabelecer diálogos com a pesquisa sobre a temática em questão com maior flexibilidade.

Com relação à flexibilização das regras para o trabalho baseado na cartografia, Carvalho (2007) destaca que:

Uma pesquisa cartográfica designa-se como imetódica, ou seja, considera que não há um método capaz de captar a realidade em suas múltiplas manifestações, prescindindo, portanto do "rigor

metodológico” das estratégias preestabelecidas. Assim tem-se como pressuposto básico deixar que as circunstâncias determinem a trajetória da pesquisa adotando uma perspectiva mais ou centrada no processo (CARVALHO, 2007, p. 6).

Para a autora, no trabalho baseado na cartografia não existe neutralidade, somos afetados/transformados durante o processo de investigação. Diante das exposições trazidas aqui, configuramos o trabalho a partir de uma busca cartografada das relações que se estabelecem entre os diversos atores da escola envolvidos no contexto escolar da educação inclusiva.

Para atingirmos nossos objetivos, mapearemos o dia a dia dos sujeitos na comunidade escolar e no cotidiano da comunidade, através dos seguintes procedimentos:

- a) **Observação participante:** nesse procedimento procuramos observar o cotidiano escolar dos sujeitos. (especialmente professores e estudantes).
- b) **Conversações:** promovemos conversações com todos os envolvidos no processo educativo e com a família.
- c) **Diário de bordo:** registro dos fatos que desafiam as políticas públicas e suas consequências (gravadores, filmadoras, câmeras fotográficas, etc.).

Dados iniciais que valem à pena visibilizar

Em regra, quando iniciamos uma pesquisa, nosso olhar é direcionado às sutilezas, que nem sempre estão visíveis num primeiro plano. Neste trabalho temos duas questões a considerar. Por se tratar de um grupo de pesquisadores ainda iniciantes no mundo acadêmico, primeiramente, nossa preocupação foi nos embasar, teoricamente, quanto às legislações e conceituações que norteiam a modalidade Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Nesse processo percebemos o quanto estamos nos tornando sensíveis às necessidades educativas que se instalam no cotidiano escolar, no que se refere aos alunos com deficiências em função de grande parte de nós vivermos situações não muito confortáveis, em nossos estágios⁴ com alunos da rede

⁴ ⁷ Os alunos do Curso de Pedagogia são selecionados para atuarem como estagiários na função “cuidadores” dos alunos com deficiência.

estadual em que ocorre a pesquisa. As experiências vividas por nós enriqueceram ainda mais nossos primeiros passos em direção à pesquisa.

Ao entrarmos na concretude da pesquisa, logo no primeiro encontro, tivemos uma noção de como a escola é afetada no trato com as questões relacionadas aos alunos com deficiência, quanto à inexistência de uma política efetiva de inclusão que podem ser percebidas na fala inicial da diretora, transcrita a seguir:

A política da rede estadual, sobre educação especial, eu diria assim se for comparar em termos com a prefeitura, fica um pouco aquém... a prefeitura tem uma equipe multidisciplinar, profissionais Fonoaudiólogos, Psicólogos, Assistentes Sociais, Pedagogos que fazem visitas nas escolas e também tem uma formação continuada. Essa é a palavra-chave: formação continuada, para trabalhar com os profissionais, que lidam com aluno, porque não só para educação especial (Diário de campo).

Na fala da diretora evidencia uma angústia quanto ao “que fazer” em relação a inclusão o que nos obriga a pensar nos desafios que são postos no dia a dia do cotidiano escolar. A formação dos educadores deve responder a certos questionamentos como: Por que estamos ofertando essa educação inclusiva? O que ensinar a esses sujeitos? E por que ensinar as pessoas com deficiência?

- **Para não concluir**

Nossas análises a partir desta primeira etapa de nossa pesquisa não só nos indica a possibilidade de seguir nessa linha de investigação, como enseja outras linhas de reflexão que nos conduzirão a novas investigações. Entre nossas indagações surge: O que fazer para incluir e não apenas inserir? E como fazê-lo? Qual o reflexo do estágio na educação especial antes da formação docente?

Nossos estudos preliminares mostram que os discentes com deficiências, possuem potencial para aprender o que lhes é ensinado, para tanto se faz necessário que os envolvidos na articulação da organização e estrutura do funcionamento do ensino lhes garantam a efetividade dos direitos à aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** nº 9.394/96. Brasília: 1996.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. 292 p.

_____. MEC. Portal do Ministério da Educação. Declaração de Salamanca. Brasília, DF. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: jul/2014.

CARDOSO, M. **Aspectos históricos da Educação especial: da exclusão à inclusão: uma longa caminhada.** Porto Alegre, EDIPUCRS 2004.

CARVALHO, Janete M. **A epistemologia da prática docente** - UNI revista - Vol. 1, nº2: abril 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil - **A Educação Básica como direito** – 2007.

MACHADO, Sandra M- **Uma cartografia da produção do racismo no currículo vivido no cotidiano escolar do ensino fundamental** – Dissertação. UFES. 2011.

PADILHA, Anna Maria Lunardi – **Quem pergunta “precisa” saber** – Pag. 185 - Editora Mediação, 2008.

SANCHES Isabel; TEODORO Antônio. **Procurado Indicadores de Educação Inclusiva:** as práticas dos professores de apoio educativo. Revista Portuguesa de Educação. 2007, p. 106.